



UNIVERSIDADE VAI VOLTAR COM AS PROGRESSÕES MÚLTIPLAS

Página 3



EXCLUSIVO

LEVANTAMENTO COMPARA EBSE RH E HOSPITAIS DA UFRJ

- ✓ Salários iniciais de técnicos de enfermagem da Ebserh: **R\$ 3.939**
- ✓ Salários iniciais de técnicos de enfermagem extraquadros do HU: **R\$ 1.320**
- ✓ Leitos de terapia intensiva da Ebserh: aumento de **25%** em dez anos
- ✓ Leitos de terapia intensiva do HU: aumento de **0%** em dez anos
- ✓ Investimentos nos hospitais Ebserh: aumento de **528%** em dez anos
- ✓ Investimentos nos hospitais UFRJ: redução de **41,8%** em dez anos



FOTOS: FERNANDO SOUZA

FESTA DA ADUFRJ ATRAI JOVENS E EXPERIENTES DOCENTES

A festa de final de ano da AdUFRJ reuniu professores de diferentes unidades da UFRJ. Tatiana Roque, Nedir do Espírito Santo e Mayra Goulart, três professoras que conquistaram a presidência do sindicato, aproveitaram o evento para matar saudades e trocar experiências. O encontro ocorreu no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.



IX Bienal da EBA • Artes Visuais e Design

KALEIDOSCÓPIO

Abertura: 02/12 de 15h às 18h

02-DEZ — 24-MAR
NO PAÇO IMPERIAL

Praça Quinze de Novembro, 48 - Centro
Horário de visitação de 12h às 18h

BIENAL DA ESCOLA DE BELAS ARTES NO PAÇO IMPERIAL

No dia 2, acontece a abertura da nona edição da Bienal da Escola de Belas Artes. O evento reúne 54 artistas expondo 76 trabalhos, com o tema "Kaleidoscópio". A cerimônia de inauguração da exposição acontece de 15h às 18h. O horário de visitação é das 12h às 18h. A Bienal estará em cartaz até 24 de março, no Paço Imperial, na Praça XV.



NUPEM PROMOVE PRIMEIRA SEMANA GENÔMICA E DISCUTE SEQUENCIAMENTO DE DNA

O Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (NUPEM) realiza, nos dias 4 e 5 de dezembro, a Primeira Semana Genômica. O evento vai discutir a inovação em sequenciamento de DNA, com destaque para as transformações produzidas pela tecnologia nas áreas de Medicina e Biologia. "A Semana Genômica permitirá o avanço da ciência no interior do estado do Rio e contará com a participação de diversos alunos e pesquisadores do Brasil e do mundo", afirma o professor e diretor da AdUFRJ, Rodrigo Fonseca.

ORQUESTRA SINFÔNICA DA UFRJ FAZ QUATRO CONCERTOS EM DEZEMBRO

A agenda de dezembro de 2023 da Orquestra Sinfônica da UFRJ conta com quatro concertos. O primeiro, dia 4, segunda-feira, às 19h, no Salão Leopoldo Miguez; o segundo, dia 6, quarta-feira, às 19h, será audição dos alunos do curso de Regência Orquestral, no mesmo local; o terceiro, dia 15, sexta-feira, às 19h, na Sala Cecília Meireles; e o último da temporada de 2023, na Igreja São Francisco de Paula, dia 19, terça-feira, às 18h.

Primeiro concerto:
Dia: 4 de dezembro de 2023
Horário: 19h

Local: Escola de Música (EM/UFRJ)
Rua do Passeio, 98, no Centro do Rio

Falta pouco para a volta das PROGRESSÕES MÚLTIPLAS

o tema possa ser discutido e votado no Consuni ainda este ano. A tramitação é resultado de uma recente mudança de entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a progressão docente. No dia 22, o advogado-geral Jorge Messias suspendeu o parecer de 2018 que proibia as múltiplas e autorizou a volta do dispositivo.

Para reforçar a boa nova, um dia antes, em ação movida pela AdUFRJ, o juiz federal Antonio Henrique Correa da Silva determinou que a UFRJ mude as resoluções internas para permitir as múltiplas.

"A sentença consagra todo o nosso esforço e o nosso entendimento desde o primeiro momento", comemorou a presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart. "É sempre bom enfatizar que a questão das progressões é uma prioridade desta diretoria, uma vez que ela diz respeito ao reconhecimento do trabalho do professor".

As duas medidas reforçam que o docente pode avançar mais de um nível na carreira, mesmo que faça o pedido com atraso. E desde que tenha atingido produção acadêmica mínima para cada dois anos de trabalho.

O novo cenário, porém, não quer dizer que o docente já pode

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

EFEITOS FINANCEIROS
A decisão judicial é ainda mais vantajosa aos docentes da UFRJ. Enquanto a AGU observa que os efeitos financeiros das progressões devem retroagir à data do requerimento administrativo feito pelo docente, a sentença determina que eles passem a valer a partir do momento em que o professor cumpriu o interstício de 24 meses de trabalho e alcançou a pontuação para avançar na carreira. Hoje, eles só valem a partir da data de aprovação na banca.

O problema na UFRJ é que, mesmo com o pedido ocorrendo no tempo certo ou até mesmo um pouco antes do fim do interstício, os efeitos só serão concedidos quando a banca se reunir. O parecer da AGU propõe uma interpretação mais favorável, determinando que as progressões sejam concedidas a partir da data do pedido — se

esse for anterior à data-base, conta-se a data-base. "Veja o caso de um professor que preenche a data-base, por exemplo, em fevereiro de determinado ano. Entretanto, só pediu em março, com a reunião da banca realizada em junho, aprovando as atividades. As atuais normas da UFRJ determinam que os efeitos passem a valer a partir de junho", exemplifica o advogado. "O parecer da AGU considera a data do protocolo (março) como termo inicial dos efeitos. Já a decisão judicial garante uma interpretação ainda mais favorável, determinando que a data de concessão seja, no caso hipotético, em fevereiro do referido ano", explica Renan.

Só que a UFRJ ainda pode recorrer da decisão, em segunda instância, até fevereiro de 2024. Ou acatar. "Portanto, ainda que a universidade mude as suas regras para se adequar ao parecer da AGU, diminuindo o prejuízo do docente em relação às normas atuais, vamos continuar na batalha da ação judicial. Porque a ação busca um direito maior aos professores".

Além de corrigir a carreira, o professor também poderá requerer o pagamento das diferenças remuneratórias dos últimos cinco anos — o prazo para reclamação de créditos trabalhistas é estabelecido pela legislação federal — entre o nível da carreira que o docente estava e aquele que deveria estar, com a progressão múltipla.

"A pessoa pode corrigir a carreira dela de 10, 20, até 30 anos atrás. Com o reconhecimento desta correção, ela terá as diferenças limitadas em até cinco anos", afirma Renan.

Com a liberação das progressões múltiplas e um possível aumento do número de requerimentos docentes, ganhará ainda mais importância a necessidade de a UFRJ simplificar seus processos internos. Hoje, em muitas unidades, o professor precisa preencher um extenso relatório de atividades e, além disso, deve juntar comprovantes de cada ação realizada. A AdUFRJ tem realizado reuniões com a reito-

ria para eliminar o excesso de burocracia. "De forma alguma, a gente trabalha pela ideia de progressão automática. Mas, sim, o professor que trabalhou, que cumpriu os requisitos, deve ter a dinâmica da progressão facilitada", afirma a presidenta da AdUFRJ. "Fazer burocracia não é a nossa atividade-fim. Temos negociado com a pró-reitoria de Pessoal para simplificar a dinâmica da progressão, retirando a exigência dos documentos com probatórios", completa Mayra.

Será um alívio e tanto para muitos. Entre eles, a ex-presidente da AdUFRJ e docente da Faculdade de Letras, Eleonora Ziller. "Não me canso de me espantar com o absurdo burocrático da universidade neste quesito. Não se justifica mais esse amontoado de exigências, para atividades que são hoje facilmente comprováveis", diz.

A professora está na classe Associado 1 desde 2017. Como as diferenças remuneratórias são pequenas dentro da classe, Eleonora deixou o requerimento de lado, irritada com tamanha burocracia. "Preparar a documentação para a progressão mais me irrita do que me cansa", desabafou.

A volta das progressões múltiplas é motivo de comemoração. "Antes tarde do que nunca. É um direito óbvio, nítido, claro. Fico animada que a gente possa voltar ao caminho da justiça, do que nos é de direito", observou. "Agora vou me preparar para fazer as progressões porque me aproximo da possibilidade de fazer para Titular".

O professor Thiago Paiva, do Instituto de Biologia, considerou "extremamente pertinente" a volta das múltiplas para correção da carreira. O docente, Adjunto 2 desde 2019, não conseguiu fazer as progressões a tempo devido ao acúmulo de tarefas durante e após a pandemia. "Que incluem, além das aulas, a coordenação de dois laboratórios, redação de projetos de pesquisa e de artigos científicos, captação e administração de recursos financeiros, orientação de alunos etc. A lista completa é bem maior!", afirma.

Com o cotidiano tão sobrecarregado, Thiago também defende que a UFRJ deveria eliminar o gasto de tempo com o preenchimento de um relatório redundante nestes processos. "As progressões por mérito poderiam ser automatizadas com adoção do Lattes como base, dispensando a enorme burocracia envolvida atualmente".

LEVANTAMENTO EXCLUSIVO COMPARA HOSPITAL E EBSEH

- ✓ Salários iniciais de técnicos de enfermagem da Ebserh: **R\$ 3.939**
- ✓ Salários iniciais de técnicos de enfermagem extraquadros do HU: **R\$ 1.320**
- ✓ Leitos de terapia intensiva da Ebserh: aumento de **25%** em dez anos
- ✓ Leitos de terapia intensiva do HU: **0%** em dez anos
- ✓ Investimentos nos hospitais Ebserh: aumento de **528%** em dez anos
- ✓ Investimentos nos hospitais UFRJ: redução de **41,8%** em dez anos

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

O Jornal da AdUFRJ comparou índices do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, maior unidade de saúde da universidade, com indicadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, entre 2012 e 2022. Quando não foi possível encontrar os dados do HU, foram utilizados os do Complexo Hospitalar da UFRJ. No cômputo geral, a performance do HU e do Complexo ficaram aquém da Ebserh em quase tudo. Mesmo quando registrou crescimento em alguns quesitos, o índice da UFRJ ficou abaixo do percentual de aumento da EBSEH. Em um ponto que a empresa sofreu queda (leitos), o HU foi ainda pior. Há apenas um empate nas internações de média complexidade.

O comparativo tomou como referência



FERNANDO SOUZA

o minucioso relatório da comissão tripartite, presidida pela professora Lígia Bahia, que avaliou os dez anos da empresa. Além das internações, número de leitos, vagas de residência, remuneração e investimentos, entre outros dados, foram coletados em sistemas oficiais para avaliar os 41 hospitais geridos pela EB-

SERH em todo o país. O documento foi apresentado ao Conselho Universitário em 9 de novembro.

Para o atendimento à sociedade e a prática de ensino na área de Saúde, vale destacar a queda de quase 30% do número de leitos do HU neste período: de 430 para 306. Esse último dado, como

informa o diretor da unidade, professor Marcos Freire, é de uma "fase que a gente começou a melhorar". "Pegamos o hospital de 2017 para 2018 com 80 leitos". E o número de 2022 ainda refletia o investimento de recursos e pessoal durante a pandemia. Hoje, o Clementino Fraga Filho só tem 180 leitos.

Porém, assim como a comissão assinou no relatório em relação à EBSEH — o que explica que algumas informações não abrangem o período 2012-2022 —, a reportagem encontrou dificuldades para encontrar todos os dados do Clementino Fraga Filho. Mesmo em contato com os setores responsáveis, não havia listagem consolidada sobre alguns dados de dez anos atrás nem condições de fazer o levantamento a tempo desta edição.

Para pessoal, utilizamos as informações mais próximas apresentadas pelo grupo de trabalho que negocia o contrato com a EBSEH — em relação a todo o Complexo Hospitalar da UFRJ. Na parte de orçamento, também só foi possível estabelecer uma comparação com o Complexo. Confira o resultado ao lado.

RELATOR APRESENTA PARECER FAVORÁVEL À ADEÇÃO À EBSEH

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Na última reunião do Conselho Universitário (30), o decano do CCMN, professor Cabral Lima, apresentou parecer favorável à adesão de três hospitais da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). As três unidades são: Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira e Maternidade-Escola. Segundo o parecer do relator, haverá inclusão dos hospitais no PAC 2024-2027, "com obtenção de R\$ 100 milhões a serem geridos pela Ebserh". Também está prevista a reserva de R\$ 27 milhões para aumentar o teto

de gastos do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho no SUS. Esse valor deve ser arrecadado por meio de convênio com a Prefeitura do Rio. De acordo com o documento assinado por Cabral, há a previsão de aumento, ao longo de 2024, de 351 para 480 leitos nos três hospitais que serão administrados pela empresa. Além disso, há proposta de contratação de mais de 1.200 profissionais para compor o quadro de pessoal dessas unidades hospitalares.

MINUTA

A minuta do contrato que começou a ser analisada no Consuni explicita pontos importantes e que foram temas de debates ao longo de dez anos na univer-

sidade. Um deles, a autonomia universitária. Segundo o documento, o contrato "tem por objetivo estabelecer a gestão especial" dos três hospitais citados, "respeitada a autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal". O documento também deixa claro que é "vedado o atendimento por meio de operadoras de plano de saúde, convênios e particulares" e que "é vedada a cobrança pela contratada dos serviços de gestão prestados" à universidade. Caberá ao reitor a indicação do superintendente geral da Ebserh na UFRJ. Os demais dirigentes serão indicados pelo superintendente geral. Durante o período de transição de gestão, de 12 meses, a

UFRJ deverá encerrar os vínculos empregatícios precários com os trabalhadores extraquadros para que a Ebserh assumira a gestão e a realização de concursos públicos ou seleção simplificada de profissionais. Docentes cedidos para ocupar cargos ou funções gratificadas na empresa poderão participar das disciplinas acadêmicas oferecidas pela universidade. A duração do contrato é de 20 anos, mas poderá ser extinto por ambas as partes ou por rescisão unilateral — após aviso prévio de um ano.

PROBLEMAS

O parecer, no entanto, não informa sobre previsão orçamentária para custear as contratações e o

cotidiano hospitalar. Tudo ficaria a cargo da Ebserh, cujos recursos derivam da Lei Orçamentária. A LOA de 2024 ainda não foi votada. Hoje, a UFRJ gasta cerca de R\$ 80 milhões por ano com os profissionais extraquadro do Hospital (R\$ 27 milhões), e os contratos de limpeza, segurança, gases, maqueiros, luz, água e telefonia. Para assumir os hospitais, a Ebserh precisaria ter esse recurso previsto na LOA. Os conselheiros ainda não receberam os anexos com os dados oficiais do contrato, o que gerou polêmica na reunião (leia matéria ao lado). A reitoria informou que esses dados são confidenciais e que não podem ser divulgados, por ordem dos órgãos de controle.

DADOS HUCFF
LEITOS
2012: 430
2022: 306

Variação: **-28,83%**
EBSEH: **-8,33%**

LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA
(habilitados)
2012: 35
2022: 35

Variação: **0**
EBSEH: **+25,72**

FONTE: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

AIH ALTA COMPLEXIDADE
2012: 2.156
2022: 2.530

Variação: **+17,34%**
EBSEH: **+47,45%**

AIH MÉDIA COMPLEXIDADE
2012: 5.843
2022: 6.929

Variação: **+18,58%**
EBSEH: **+18,61%**

FONTE: TabNet-SUS/Rio de Janeiro

VAGAS DE GRADUAÇÃO DE MEDICINA:
2012: 200
2022: 200

Variação: **0**
EBSEH: **+39,99%**

VAGAS DE GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM:
2012: 144
2022: 144

Variação: **0**
EBSEH: **+13,85%**

FONTE: GT que negocia com a EBSEH

VAGAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA
2015: 229
2022: 234

Variação: **+2,18%**
EBSEH: **+14,68%**

FONTE: Coordenação de Atividades Educacionais/HUCFF

DESPESAS TOTAIS

Complexo Hospitalar
2013: **R\$ 717,19 milhões**
2022: **R\$ 630,04 milhões**

Variação: **-12,15%**
EBSEH: **+49,36%**

INVESTIMENTOS

Complexo Hospitalar
2013: **R\$ 3,37 milhões**
2022: **R\$ 1,99 milhão**

Variação: **-40,95%**
EBSEH: **+528,20%**

FONTE: SIOP/Elaboração: economista Letícia Inácio (PPGE/UFRJ)

PESSOAL TOTAL

Complexo Hospitalar:
2013: **4.813**
2020: **4.444**

Variação: **-7,7%**
EBSEH: **+82,26%***

*a variação da empresa é no período 2012 a 2022

FONTE: GT que negocia com a EBSEH

FUNCIONÁRIOS EXTRAQUADROS*

HUCFF

Médicos

2012: 107

2022: 92

Enfermeiros:

2012: 52

2022: 30

*a Divisão de Recursos Humanos do HU conseguiu extrair os dados de médicos e enfermeiros extraquadros, também em queda

REMUNERAÇÃO

Salários iniciais 2023

Extraquadros/HUCFF

Técnico de Enfermagem (40h) = **R\$ 1.320,00**

Enfermeiro (40h) = **R\$ 1.885,93**

Médico (20h) = **R\$ 2.624,44**

RJU/HUCFF

Técnico de Enfermagem (40h) = **R\$ 2.667,19**

Enfermeiro (40h) = **R\$ 4.556,92**

Médico (20h) = **R\$ 4.556,92**

EBSEH*

Técnico de Enfermagem (36h) = **R\$ 3.939,00**

Enfermeiro (40h) = **R\$ 8.994,51**

Médico (24h) = **R\$ 10.463,79**

*os regimes de trabalho são diferentes para técnicos e médicos

FONTES: DRH/HUCFF e relatório da comissão



PRÓXIMO CONSUNI SERÁ DIA 7. HÁ 12 PEDIDOS DE VISTA

Terminou com 12 pedidos de vistas a primeira reunião do Conselho Universitário dedicada a analisar os termos do contrato entre a UFRJ e a Ebserh. O debate continuará na sessão do dia 7.

O primeiro pedido de vistas foi da professora Walcy Santos, representante dos titulares do CCMN. Em seguida, técnicos, estudantes e professores do campo da situação e da oposição à reitoria também solicitaram a possibilidade de apresentar um novo parecer sobre o tema na próxima sessão.

O processo encaminhado aos

conselheiros na tarde de terça-feira (28) continha a minuta de contrato; o parecer da Procuradoria da universidade — que indica que não há ilegalidades na minuta apresentada; e o parecer da Comissão de Desenvolvimento do Consuni, favorável à adesão da UFRJ à Ebserh.

Dois conselheiros integrantes da mesma comissão — a técnica Marta Batista e o estudante Lenin Ferreira — apresentaram parecer contrário durante a sessão. A justificativa principal foi que os conselheiros não tiveram acesso aos dados que pudessem subsidiar



FERNANDO SOUZA

a decisão do colegiado. Do processo, não constam documentos como o Plano de Transição; a relação de servidores públicos

da UFRJ que estarão em exercício nas unidades hospitalares sob gestão da Ebserh; e as demonstrações contábeis. "É muito pre-

ocupante votar este processo às escuras", afirmou Marta Batista.

Reitora em exercício — o reitor Roberto Medronho estava viajando —, a professora Cássia Turci afirmou que a administração central irá enviar aos conselheiros os documentos solicitados.

A dirigente afirmou ao Jornal da AdUFRJ que a reunião transcorreu "dentro do esperado" e foi positiva. "Essa discussão é de mais de dez anos atrás. Nos últimos anos, a gente tentou opções alternativas à Ebserh, mas, neste momento, é importante ouvir as direções dos hospitais", defendeu.

A dirigente afirmou que a reitoria tem se empenhado para conseguir mais receitas para a UFRJ. "Todos os dias eu e o professor Medronho solicitamos recursos ao MEC, mas precisamos com urgência resolver os problemas dos hospitais". (Silvana Sá)

RENAN FERNANDES
renan.fernandes@adufjr.org.br

“Desculpa, a consulta das crianças atrasou e estou presa no engarrafamento. Podemos remarcar a entrevista?”. A falta de tempo na jornada tripla da estudante Mithaly Corrêa entre os cuidados com as filhas, o trabalho e a vida acadêmica não é uma exclusividade dela. Para oferecer apoio a mulheres como ela, a Alerj acaba de aprovar o projeto de lei 1753/2023, de autoria da deputada Dani Balbi, que autoriza a criação de políticas afirmativas para mães de crianças de até seis anos nos processos seletivos e editais de concessão de bolsas da FAPERJ e Instituições de Ensino e Pesquisa do Rio de Janeiro. A proposta aguarda a sanção do governador para ser publicada.

Dados do IBGE apontam que as mulheres dedicam o dobro do tempo semanal em tarefas domésticas e no cuidado de pessoas, quando comparadas aos homens. A nova legislação busca minimizar essas desigualdades ao oferecer um amparo para cientistas mães na pós-graduação. “Não é só uma lei para mulheres cientistas. É um movimento para que jovens e crianças possam ter os cuidados necessários e a participação ativa das suas mães no período crítico de sua formação, sem que essas mães e crianças sejam penalizadas”, explicou a deputada.

Os efeitos da maternidade na trajetória acadêmica de mulheres são alvo de estudos que revelam o impacto na produtividade de cientistas. Um levantamento do Parent in Science realizado entre 2017 e 2018 apontou que, após o nascimento dos filhos, as mulheres sofrem um efeito imediato na redução de publicações científicas. Os reflexos na produtividade são sentidos até quatro anos após o nascimento do filho.

Recém-formada em Geografia pela UFRJ e mãe de três filhas, a vida acadêmica de Mithaly foi cheia de obstáculos. “Mudei para outra cidade, fugi de um relacionamento abusivo. Precisei criar estratégias para seguir a graduação. Puxava o máximo de matérias em um único dia, quando tinha mais apoio familiar para cuidar das minhas filhas. Ainda assim, perdi muitas matérias por não conseguir concluir e tive que me afastar por três semestres”, afirmou.

Foi uma bolsa no laboratório do Núcleo de Estudos do Quaternário Tecnológico que deu mais estabilidade para a estudante na universidade. “É muito difícil conseguir bolsa sendo mãe, porque o nosso desempenho acadêmico cai e muitas bolsas dependem do coeficiente de rendimento (CR)”, disse Mithaly. “Antes trabalhava vendendo doces, fazendo artesanato. Bor-



turais
relaciona-
dos
ao papel
social
atribuí-

MAIS ESPAÇO PARA MÃES PESQUISADORAS

Projeto de lei aprovado na Alerj procura garantir o acesso e a permanência de mães de crianças na primeira infância a bolsas de pós-graduação. A progressão na carreira científica é mais lenta para as mulheres, que ocupam a maior parte da base, enquanto os homens são maioria no topo

dava durante as aulas e ainda lidava com encomendas quando chegava em casa”.

O acesso às bolsas é fundamental para o despertar de novas cientistas. A professora Sabrina Baptista Ferreira, do Instituto de Química, fez parte do Grupo de Trabalho de Parentalidade e Equidade de Gênero da UFRJ e destacou a importância de envolver também as bolsas de iniciação científica

na legislação. “Essa foi uma demanda que apareceu no grupo de trabalho. Muitas vezes, a aluna mãe não tem o CR ideal porque ela teve que se dividir. Ter esse olhar na hora da implementação de uma bolsa é importante. Talvez seja esse o ponto que permita a uma mulher continuar a carreira acadêmica”.

EFEITO-TESOURA

O Brasil caminha para o equi-

líbrio quantitativo entre cientistas homens e mulheres. Contudo, o estudo “Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos”, publicado em 2022 pelo Parent in Science, aponta que diversos cargos de liderança e poder no campo da ciência jamais foram ocupados por mulheres. Diversos fatores estão envolvidos no entendimento do chamado efeito-tesoura. Desde aspectos cul-

do a homens e mulheres — incluindo a maternidade — até questões relacionadas ao preconceito, assédio e outras violências.

Políticas afirmativas já estão em andamento para reverter o cenário de desigualdade. Presidente da Comissão Permanente de Equidade, Diversidade e Inclusão da FAPERJ, a neurocientista Letícia Oliveira afirmou que a agência conta uma avaliação diferenciada para as pesquisadoras mães em quase todos os editais. “Se a pesquisadora que submeter um projeto à FAPERJ for mãe nos últimos cinco anos, o currículo é avaliado de maneira diferente. São acrescentados um ou dois anos na análise, dependendo da quantidade de filhos, o que aumenta a produtividade”, disse.

A comissão presidida por Letícia foi criada em fevereiro de 2023 e alcançou resultados práticos rapidamente. “Lançamos um edital exclusivo para jovens cientistas mulheres que contemplou 70 cientistas com financiamento de até 700 mil reais. Neste edital, usamos a política de apoio à maternidade e 50% das contempladas eram mães”, comemorou a neurocientista. A FAPERJ lançará um edital exclusivo para cientistas mães em 2024.

Desde 2022, a UFRJ também aplica em todos os seus progra-

Fim da lista tríplice é aprovada na Câmara

> Projeto de Lei segue para o Senado e reforça a autonomia universitária. Texto determina que reitores eleitos sejam nomeados pelo governo federal

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o Projeto de Lei que põe fim à lista tríplice para nomeação de reitores. Por recomendação da deputada Ana Pimentel (PT-MG), relatora da matéria, o texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Educação – aprovado em 18 de outubro – ao Projeto de Lei 2699/11, da ex-deputada Sandra Rosado. O PL tramitou em caráter conclusivo e segue para o Senado.

O texto aprovado na CCJ determina que reitores e vice-reitores eleitos pelas comunidades universitárias sejam nomeados pelo presidente da República, sem apresentação de lista tríplice, como é a regra vigente desde a ditadura militar.

O que muda, em relação ao PL de 2011, é que o processo de eleição e o peso do voto de cada segmento (professores, técnicos-administrativos e alunos) serão regulamentados nos colegiados das instituições de ensino. O PL de 2011 previa voto paritário ou universal dos três segmentos.

Ainda de acordo com o texto aprovado, caberá aos Conselhos Universitários homologar a eleição e encaminhar ao Presidente



Esse tema foi a prioridade da atuação do advocacy do Observatório

MAYRA GOULART

Presidenta da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento

da República os nomes dos integrantes da chapa escolhida.

A AdUFRJ e o Observatório do Conhecimento foram alguns dos atores envolvidos nas mobilizações pelo fim da lista tríplice. Presidente da seção sindical e coordenadora nacional do Observatório, a professora Mayra Goulart acompanhou a votação na CCJ. “Esse tema foi a prioridade da atuação do advocacy do Observatório. Ainda que outras entidades tenham mais peso no tema, como a Andifes, fomos responsáveis por ‘juntar as pontas’, fazendo o projeto andar”.

A dirigente lembra da série de movimentações do Observatório para que o tema fosse apreciado no Legislativo. “Primeiro, limi-

tamos a proposta apenas à lista tríplice, sem entrar nos critérios de eleição, vencendo a resistência de muitas entidades”, explica Mayra. “Pressionamos pela troca do relator na Comissão de Educação, que era o deputado Ivan Valente – defensor da paridade – e no dia da votação na CE, dissuadimos o deputado Tarcísio Motta a não pedir vistas e atrasar a tramitação”, conta a professora. Foi do Observatório também a iniciativa para a indicação da nova relatora. “Articulamos a indicação da deputada Ana Pimentel para a relatoria na CCJ. Em apenas três sessões, o projeto foi aprovado e agora segue para o Senado”, comemora.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) foi uma das entidades que mais se empenharam na mudança da lei. A reitora Márcia Abrahão Moura (UnB), presidente da Andifes, classificou a aprovação como uma grande vitória das universidades federais. “Essa decisão faz com que as universidades tenham, de fato, a autonomia para escolher o reitor ou reitora. É uma grande vitória, especialmente por tudo que passamos nos últimos anos”.

A proposta recebeu o apoio da Andifes e, antes de ser tratada no Congresso Nacional, foi debatida com os ministérios da Educação, das Relações Institu-

cionais, com parlamentares e com entidades representativas da Educação.

O Andes criticou o texto final. Um dos pontos de desacordo é que o PL estabelece requisitos para as candidaturas. “O substitutivo estabelece que nas universidades poderão candidatar-se apenas docentes da carreira de Magistério Superior que possuam o título de doutor ou estejam posicionados como professor titular ou professor associado 4”, diz trecho da nota publicada. “Desta maneira, o substitutivo exclui a possibilidade de participação de inúmeros setores da comunidade universitária, em especial docentes da carreira EBTT”.

HISTÓRICO

As nomeações de 25 interventores nas universidades e institutos federais durante os quatro anos do governo Bolsonaro geraram forte reação em todo o país. Uma das linhas de atuação da comunidade científica girou em torno do fim da lista tríplice para a nomeação de reitores. O tema, no entanto, é antigo. Desde 2011 tramitavam propostas no Congresso para acabar com as listas tríplices, mas os projetos também determinavam voto paritário ou universal – o que gerava divergências na comunidade acadêmica nacional. (*Com informações da Andifes)

OBSERVATÓRIO TEM AGENDA CHEIA EM BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

A rede se reuniu com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. “Levamos a demanda da UFRJ e demais universidades federais acerca dos chamados recursos próprios”, destaca Mayra Goulart. “Atualmente, quando a universidade arrecada recursos maiores do que o previsto na LOA (como os provenientes de alugueis), eles precisam ser devolvidos ao caixa do Tesouro ou há a necessidade de ser aprovado no Congresso Nacional um PLN autorizando o uso desse superávit, o que é sempre muito complicado. A assessoria do ministério sinalizou positivamente à nossa demanda e irá encaminhá-la para Procuradoria da Fazenda Nacional para avaliar se é possível resolver através de instrumentos infralegais (como uma portaria) ou se a questão precisará ser tratada através de um PL a ser encaminhado ao Congresso.

DIVULGAÇÃO



MAYRA GOULART e Eduardo Valdoski com Lígia Toneto, assessora do Ministério da Fazenda

DEPUTADO BOHN GASS

O deputado recebeu o mais recente estudo do Observatório

do Conhecimento: uma análise sobre o peso das emendas parlamentares no orçamento das universidades. “O estudo indica que o peso relativo das emendas saltou de 1,57% em 2014, para 11,85%, em 2023”, indica Mayra. O parlamentar é o relator do Plano Plurianual (PPA) e pretende abrir uma discussão no Congresso Nacional sobre o papel das emendas no financiamento das políticas públicas.

DEPUTADO ÁUREO RIBEIRO

“Como todos sabemos, a situação da infraestrutura da UFRJ é grave. Acreditamos que, além de buscar recursos via emendas parlamentares, precisamos de um plano de recuperação estrutural da UFRJ”, afirma Mayra Goulart. “É necessário mobilizar diversos atores para esse fim, como políticos, cientistas, personalidades e a comunidade acadêmica em geral. Apresentamos essa proposta ao coordenador da bancada de par-

lamentares do Rio de Janeiro no Congresso Nacional. Além de se comprometer a fazer uma visita à UFRJ, ele sinalizou a destinação de R\$ 50 milhões a mais na LOA 2024, via RP 2, a ser ajustada com o relator setorial de educação”.

SENADOR BETO FARO

Acompanhados dos deputados Tadeu Veneri e Ana Pimentel, coordenadores da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades Públicas, os representantes do Observatório entregaram ao chefe de gabinete do senador Beto Faro (Relator setorial de Educação na PLOA 2024) o relatório do Orçamento do Conhecimento, produzido pelo Observatório, que aponta a trajetória de queda no financiamento das universidades e a necessidade de recomposição do orçamento. “Também tratamos da promessa de recursos para a UFRJ sinalizada pelo deputado Áureo”, relata Mayra Goulart.

DIA DE MUITAS ATIVIDADES NA CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 28/11

10h - Ministério da Fazenda

Reunião para tratar dos recursos próprios das universidades federais que, hoje, ficam retidos quando ultrapassam o teto indicado no orçamento

11h30 - Bohn Gass (relator do PPA)

Reunião de apresentação do relatório sobre impacto das emendas parlamentares no orçamento das universidades

14h - Áureo Ribeiro (coordenador da bancada do Rio de Janeiro)

Reunião sobre a situação da estrutura da UFRJ. Objetivo: articular uma força-tarefa das lideranças políticas do RJ para cobrar a recuperação física das unidades.

14h - Reunião CCJC Câmara

Aprovação do PL de Reitores

14h30 - Beto Faro (relator do orçamento setorial de educação na PLOA)

Reunião para apresentar o relatório do orçamento do conhecimento

17h30 - Frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades Públicas

Reunião com entidades da educação superior para discutir a pauta legislativa da Frente

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

“O Observatório do Conhecimento tem sido o principal mobilizador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades Públicas”, destaca Mayra Goulart. O lançamento da Frente, em agosto, aconteceu durante a celebração dos quatro anos de fundação da rede. “Temos articulado a sustentação da Frente junto às outras entidades ligadas ao Ensino Superior, como Andifes, UNE, SBPC, Fasuba, ANPE e Proifes”, conta a professora. “O Andes também foi convidado para participar desse processo, mas recusou o convite”, afirma. Mayra lembra que na primeira reunião da Frente, ocorrida nesta semana, o Observatório encaminhou a elaboração de uma Agenda Legislativa. “A ideia é indicar dez projetos ou temas para serem tratados como prioridade no próximo ano”.



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PARA SUPERAR A BARBÁRIE

Seminário para debater e refletir sobre Direitos Humanos e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena reúne docentes, estudantes e técnicos. Evento foi organizado pelo CFCH

RENAN FERNANDES
renan.fernandes@adufrrj.org.br

Tornar os currículos mais inclusivos, buscar fontes afrocentradas e retirar intelectuais negros da obscuridade. Estas foram as propostas do evento “Memória e (re)construção dos direitos humanos: o ensino de história afro-brasileira e indígena no Brasil”, organizado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. O encontro ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro e reuniu professores, pesquisadores e militantes da temática racial no Auditório Professor Manoel Maurício de Albuquerque, no Campus da Praia Vermelha.

Acabar com a atual hierarquia de conhecimentos dentro da academia foi o caminho apontado para alcançar uma educação antirracista. “É preciso transformar o currículo de ensino para incluir novas pautas, construir outras possibili-

dades que nunca foram contempladas”, disse Mariana Gino, professora do departamento de Ciência Política e secretária executiva adjunta do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas.

A docente, que também representou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no evento, comemorou os 20 anos de implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória na rede educacional o ensino da temática “história e cultura afro-brasileira”.

Mas há um longo caminho a ser percorrido para a plena efetivação da lei. “Ainda nos baseamos em Kant e Hegel, pensadores que contribuíram com o processo de desumanização de corpos não-brancos”, afirmou. “Precisamos renovar as fontes de pesquisa. Encontrar e dar voz a acadêmicos negros e indígenas que estão desenvolvendo pesquisa nas universidades”, completou a professora.

A política antirracista já ganhou espaço em algumas unidades. “Temos uma nova linha de pesquisa na pós-graduação em gênero, raça e colonialidade para possi-

bilitar o reconhecimento e a inclusão de saberes historicamente desprezados pela academia”, destacou o diretor do IFCS, Fernando Santoro.

O estudo de questões de gênero e raça invisibilizadas pela ação colonizadora europeia é parte fundamental da atualização dos currículos de ensino e da formação de novos professores. “Como vamos ensinar os conteúdos relacionados às culturas afro-brasileira e indígenas no ensino básico se não ensinarmos aos professores na formação? É tarefa da universidade oferecer esses conteúdos na licenciatura”, completou Santoro.

DIREITOS HUMANOS

O encontro também abordou a questão dos direitos humanos sob a ótica da imigração, do trabalho e do ensino da África. O decano do CFCH, professor Vantuil Pereira, discutiu o papel do centro nas discussões acerca das questões étnico-raciais formadoras do país. “Temos o compromisso de pensar criticamente os direitos humanos, os processos de ensino

e de problematizar os contextos históricos. Trouxemos estudiosos de várias áreas para abrir a fronteira dos estudos”, afirmou Pereira. “Precisamos apostar no atravessamento interdisciplinar. Trocar, produzir diversidade de pensamentos e epistemologias”, completou.

Diretora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH), a professora Maria Celeste Marques destacou a desigualdade do país em sua explanação. “Completamos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que humanizou alguns e deixou outros de fora. É preciso debater os direitos humanos transversalmente, a fim de acolher a diversidade”.

O viés extensionista do evento foi elogiado pelos participantes. A vice-presidenta da AdUFRJ, professora Nedir do Espírito Santo, falou sobre o diálogo entre universidade e sociedade, por meio da pesquisa e da extensão. “Penso no quanto o nosso corpo docente é ignorante em tantos temas e penso também no que podemos levar para fora”, refletiu.

SILVANA SÁ



■ O GRUPO DE TRABALHO ANTIRRACISTA DO SINTUFRJ

organizou, no dia 29, um evento de encerramento do mês da Consciência Negra. Na programação, muita cultura e debates sobre os avanços das políticas de ações afirmativas no Brasil e o caminho ainda necessário a percorrer para a democratização racial do país. O convidado da manhã foi o vereador Edson Santos, do PT. O parlamentar é ex-ministro da Igualdade Racial e um dos históricos militantes das políticas de ações afirmativas. “Historicamente, os filhos do povo sempre foram muito distanciados do mundo acadêmico”, afirmou o vereador, ao justificar a importância das cotas para o acesso ao ensino superior. A professora Nedir do Espírito Santo representou a AdUFRJ na atividade.